

Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

Seminário de Apresentação

11 Maio 2023



CEDRU

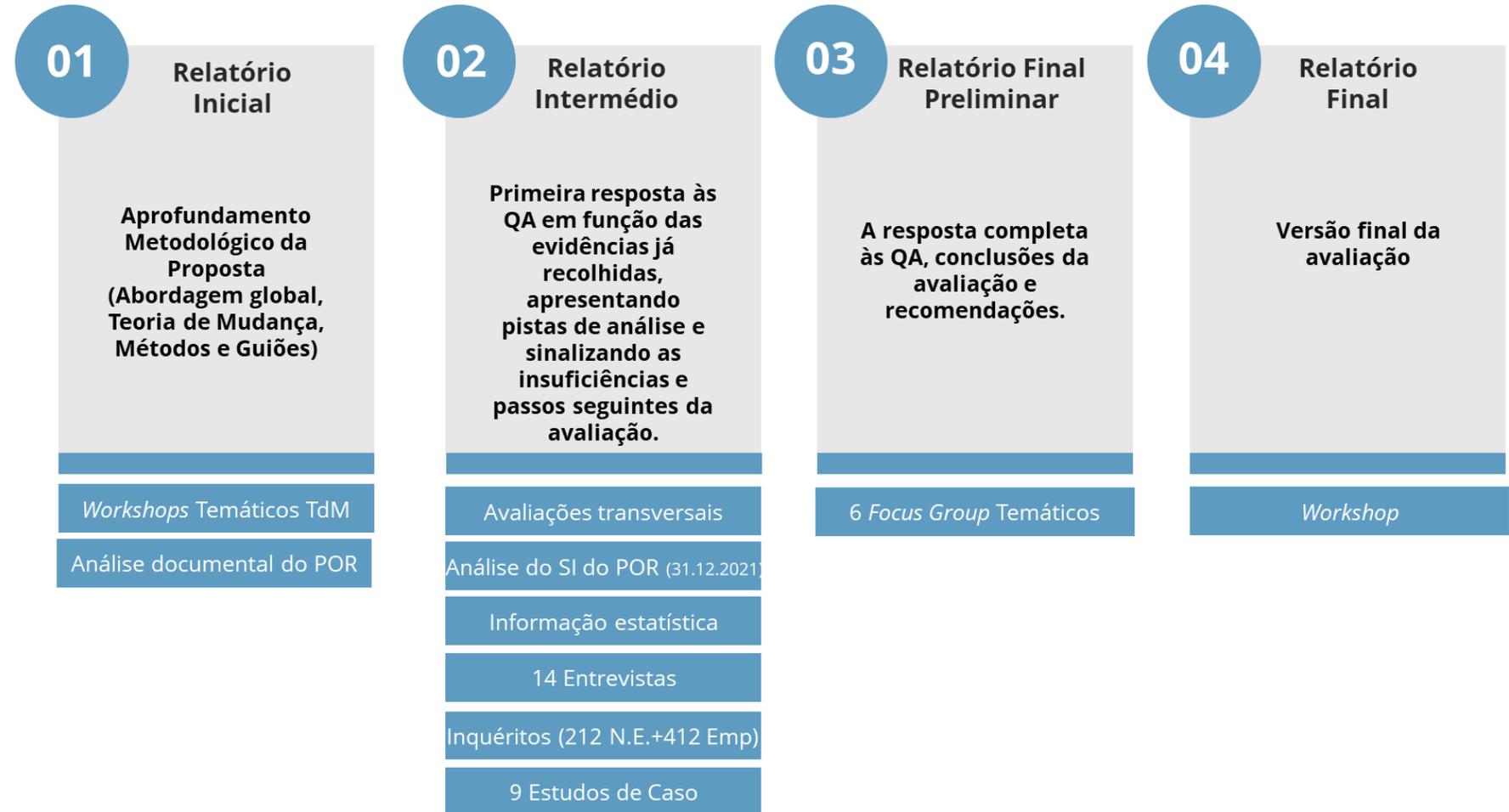
Centro de Estudos e Desenvolvimento
Regional e Urbano

Âmbito da Avaliação

Objetivos

- Aferir o **grau de eficácia e eficiência** dos apoios concedidos pelo PO.
- Identificar o **impacto, potencial ou efetivo**, da implementação do PO e respetivo alinhamento com os objetivos estratégicos da União.
- Identificar o **Valor Acrescentado Europeu** associado à implementação e aos resultados do PO.
- Avaliar a **relevância e coerência** da configuração do Alentejo 2020 face às necessidades dos seus destinatários e à evolução do contexto.

Programa de trabalhos



Aprofundamento

Eixo

Eixo 1. Competitividade e internacionalização das PME

Eixo 2. Ensino e qualificação do capital humano

Eixo 3. Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação

Eixo 4. Desenvolvimento urbano sustentável

Eixo 5. Emprego e valorização económica de recurso endógeno

Eixo 6. Coesão social e inclusão

Eixo 8. Ambiente e sustentabilidade

Eixo 9. Capacitação institucional e modernização administrativa

Prioridade de Investimento

- 3.1. Promoção do espírito empresarial
- 10.5 Investimentos na educação e na formação profissional para a aquisição de competências e a AL
- 1.1 Reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I)
- 6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, revitalizar.
- 9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas
- 8.3 Criação de emprego
- 8.8 Concessão de apoio ao desenvolvimento de viveiros de empresas
- 9.8 Concessão de apoio à regeneração física, económica e social
- 6.3 Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património
- 6.5 Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades ...
- 11.1 Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência da adm. pública

Racional da Intervenção/Enquadramento	Atividades		Realizações	Resultados (Intermédios)	Impactos
	Principais	Sub-atividades / Recursos			
<p>Nos centros urbanos regionais (CUR) e nos centros urbanos estruturantes (CUE) do Alentejo, é importante promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território enquanto fator distintivo. Por outro lado, a atratividade das cidades e a qualidade de vida das populações são determinantes para garantir a sustentabilidade do modelo territorial do Alentejo (manter e atrair população e atividades). Assim, deverão ser efetuados investimentos que permitam regenerar e valorizar as áreas construídas, qualificar os espaços públicos, reabilitar a habitação e fomentar novas funções urbanas em espaços degradados/abandonados. Acresce a necessidade de combater a pobreza e a exclusão em áreas específicas (garantir a cidadania plena em territórios desfavorecidos - enquadramento de proximidade) através de intervenções integradas, associadas à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade do espaço público (acessibilidade e mobilidade), mas também através da revitalização económica e inclusão social de grupos sociais residentes (comunidades desfavorecidas)</p>	<p>Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído (PI 6.5)</p> <p>Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais (PI 9.8)</p>	<p>1. Reabilitação integral de edifícios;</p> <p>2. Reabilitação e reconversão de unidades industriais abandonadas;</p> <p>3. Reabilitação de espaço público;</p> <p>4. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos;</p> <p>5. Qualificação do ambiente urbano (arranjos urbanísticos, infraestruturas verdes, embelezamento cénico...);</p> <p>6. Desenvolvimento de soluções inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável;</p> <p>7. Aquisição de equipamentos para monitorização da qualidade do ar e do ruído;</p> <p>8. Remoção de grama, em edifícios exclusivamente para uso público e de proximidade pública.</p> <p>1. Ações que visem a melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior...);</p> <p>2. Ações que visem a melhoria do espaço urbano (edifícios para alojamento...);</p> <p>3. Construção de equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico (comércio, alojamento de pessoas com necessidades especiais...);</p> <p>4. Construção de edifícios e equipamentos públicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos (apoio ao desenvolvimento social e económico);</p> <p>5. Construção de equipamentos públicos de promoção e dinamização do desenvolvimento cultural;</p> <p>6. Reabilitação integral de edifícios;</p> <p>7. Demolição de edifícios visando a criação de espaços públicos;</p> <p>8. Reabilitação de edifícios públicos abandonados.</p> <p>Património Cultural:</p> <p>1. Ações de recuperação de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico;</p> <p>2. Ações associadas à produção e implementação de campanhas de marketing sobre o património;</p> <p>3. Ações associadas à estruturação de novas rotas e itinerários experienciais;</p> <p>4. Ações de valorização turística e dinamização dos recursos culturais (formação e animação, condições de acolhimento, sinalização), promoção e desenvolvimento de produtos turísticos.</p>	<p>•Espaços abertos criados ou reabilitados</p> <p>•Edifícios públicos construídos ou renovados</p> <p>•Edifícios comerciais construídos ou renovados</p> <p>•Habitagens reabilitadas</p> <p>•Espaços abertos criados ou reabilitados</p> <p>•Habitagens reabilitadas</p>	<p>•Aumento do grau de satisfação dos residentes;</p> <p>Melhoria da qualidade do ar e do ruído;</p> <p>•Redução das áreas degradadas/subaproveitadas em espaços centrais das Cidades</p> <p>•Aumento do grau de satisfação dos residentes (bairros que alojam comunidades desfavorecidas)</p>	<p>Reforçar a qualificação ambiental e urbanística, nos centros urbanos regionais e estruturantes:</p> <p>•Reforço da atratividade dos centros urbanos, através da regeneração e revitalização urbana (melhoria das condições de integração de espaços na vizinhança das cidades como áreas habitacionais, de emprego e de lazer e lazer);</p> <p>•Fixação de residentes e atividades nos núcleos urbanos consolidados</p> <p>Promover o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas nos centros urbanos regionais e estruturantes:</p> <p>•Manutenção do sentimento de pertença e identificação na comunidade;</p> <p>•Satisfação das necessidades económicas e sociais dos residentes;</p> <p>•Integração no mercado de trabalho;</p> <p>•Promoção do sucesso escolar;</p> <p>•Acesso aos mecanismos de apoio social;</p> <p>•Prevenção e contenção da criminalidade e outros comportamentos marginais.</p>
<p>A valorização do património natural e cultural constitui uma referência para a dinamização de atividades económicas, nomeadamente turística. A existência e extensão de Áreas Naturais Classificadas e a diversidade e riqueza de valores e elementos culturais (históricos, etnográficos, arqueológicos) deverão ocorrer para a afirmação do Alentejo como um território de qualidade, um destino marcado pela sua identidade, diferenciação e experiências disponibilizadas</p> <p>Os centros urbanos complementares, sedes de conselho são fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade, na sustentação dos territórios de baixa densidade e na afirmação das relações urbano-rurais. O desenvolvimento de operações integradas de qualificação e dinamização socioeconómica é determinante para garantir a sua sustentabilidade (criar novas dinâmicas de desenvolvimento, recuperando e valorizando os ativos existentes e melhorando o ambiente urbano, de modo a manter população e atividades)</p>	<p>A Região possui territórios que enfrentam problemas económicos e sociais significativos, nomeadamente ao nível dos centros urbanos complementares e rurais. As disparidades socioeconómicas têm gerado desequilíbrios no acesso à habitação, ao emprego e aos apoios sociais. A promoção da inclusão deve assentar em estratégias multidimensionais, onde a implementação de intervenções de regeneração urbana (no nível da habitabilidade e da qualidade dos espaços públicos) é fundamental para a melhoria das condições de vida dessas populações</p> <p>Em contextos territoriais desvalorizados, com baixos índices de inclusão, como o Alentejo, a ação das organizações da economia social e de outros parceiros institucionais é determinante. Assim, é fundamental criar condições para melhorar o desempenho e reforçar a sua sustentabilidade, por exemplo através da capacitação institucional de parceiros territoriais de apoio ao desenvolvimento.</p>	<p>Construção da coesão do espaço urbano:</p> <p>1. Construção/reabilitação de alojamentos ou edifícios destinados a alugar apartamentos familiares com bases rendimentas ou pessoas com necessidades especiais;</p> <p>2. Ações que visem a melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior...);</p> <p>3. Construção/reabilitação de equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico;</p> <p>4. Construção de novos edifícios e equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social;</p> <p>5. Reabilitação de edifícios públicos abandonados em zonas críticas (habitação social e valorização profissional);</p> <p>1. Ações de apoio social;</p> <p>2. Ações de combate ao abandono escolar, de promoção da ocupação dos tempos da juventude;</p> <p>1. Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais;</p> <p>2. Ações inovadoras e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores territoriais;</p> <p>3. Ações que visem o reforço do trabalho em cooperação e em rede, que fomentem a articulação do nível regional e sub-regional, e de desenvolvimento de competências ajustadas ao papel de cada entidade;</p> <p>4. Ações de capacitação das entidades responsáveis pela implementação de Planos para o Desenvolvimento e Conselho Territorial (Comunidades Internacionais e por Estratégias de Desenvolvimento Local (Grupos de Ação Local));</p> <p>5. Ações de monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas;</p> <p>Empreendedorismo qualificado e criativo</p> <p>1. Projetos de empreendedorismo qualificado e criativo com criação de novas empresas;</p> <p>2. Apoio à criação de empresas a fase de arranque;</p> <p>3. Ações coletivas de delegação e estímulo ao empreendedorismo;</p> <p>4. Projetos simplificados de empreendedorismo;</p> <p>5. Ações coletivas de demonstração, sensibilização e difusão de boas práticas;</p> <p>Sistemas de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica:</p> <p>1. Projetos de investigação Científica e Tecnológica;</p> <p>2. SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico;</p> <p>3. Projetos de Transferência do conhecimento científico e tecnológico;</p> <p>4. Projetos de inovação empresarial e empreendedorismo;</p> <p>5. Projetos em Parques de Ciência e Tecnologia;</p> <p>6. Projetos em Infraestruturas Tecnológicas;</p> <p>7. Apoio a projetos de I&D, alinhados com os domínios e prioridades regionais da Estratégia Regional de Especialização Inteligente;</p> <p>Requalificação e Modernização de Infraestruturas:</p> <p>1. Condição da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico;</p> <p>2. Intervenções de melhoria das instalações escolares;</p> <p>3. Novos equipamentos destinados a novos cursos superiores de curta duração;</p> <p>4. Melhoria das infraestruturas de formação da Rede de Centros de Formação do EFP;</p> <p>Projetos locais de empreendedorismo geradores de emprego e investimento:</p> <p>1. Apoio a novas microempresas e PME que promovam a criação de emprego;</p> <p>2. Apoio a microempresas e PME já existentes, desde que se vise a criação líquida de emprego;</p> <p>3. Apoio à criação do próprio emprego por beneficiários de prestações de desemprego;</p> <p>4. Promoção do artesanato e dos ofícios tradicionais, através da integração profissional de desempregados e promovendo a criação do próprio emprego;</p> <p>5. Dinamização do empreendedorismo social, da inovação social e da economia social;</p> <p>6. Apoio à criação de startups sociais;</p> <p>Promoção do Microempreendedorismo:</p> <p>1. Criação de microempresas e PME;</p> <p>2. Iniciativas de empreendedorismo cooperativo;</p> <p>3. Investimentos em infraestruturas e equipamentos para o apoio ao desenvolvimento de viveiros de pequena escala;</p> <p>4. Investimentos em infraestruturas e equipamentos de Economia Social</p>	<p>•Espaços abertos criados ou reabilitados</p> <p>•Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional</p> <p>•Participantes em ações de empreendedorismo qualificado e criativo;</p> <p>•Ações de disseminação / demonstração/difusão</p> <p>•Entidades apoiadas com projetos de I&D</p> <p>•Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas</p> <p>•Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiada</p> <p>•Participantes que beneficiam de um apoio à criação de emprego</p> <p>•Participantes em ações de microempreendedorismo</p> <p>•Participantes em ações de empreendedorismo coletivo</p>	<p>•Aumento do grau de satisfação dos residentes</p> <p>•Espaços abertos criados ou reabilitados</p> <p>•Projetos de promoção e capacitação institucional e do desenvolvimento regional</p> <p>•Participantes em ações de empreendedorismo qualificado e criativo;</p> <p>•Crescimento do Emprego Qualificado</p> <p>•Aumento da produção de pessoal ao serviço (ETI) em atividades de investigação e</p> <p>•Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiada</p> <p>•Participantes que beneficiam de um apoio à criação de emprego</p> <p>•Participantes em ações de microempreendedorismo</p> <p>•Participantes em ações de empreendedorismo coletivo</p>	<p>Melhorar a inclusão social nos centros urbanos complementares e rurais:</p> <p>•Redução da pobreza e exclusão</p> <p>•Ação de novos residentes</p> <p>•Melhoria da integração das comunidades de migrantes de os recursos éticos</p> <p>•Integração no mercado de trabalho</p> <p>•Promoção do sucesso escolar</p> <p>•Acesso aos mecanismos de apoio social</p> <p>•Prevenção da criminalidade e outros comportamentos marginais</p> <p>•Melhoria do ambiente urbano</p> <p>Reforçar a capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial:</p> <p>•Maior participação e envolvimento dos cidadãos</p> <p>•Instituições no desenvolvimento regional;</p> <p>•Melhoria das práticas organizativas e gestórias de equipamentos e respostas sociais;</p> <p>•Melhoria da empregabilidade regional;</p> <p>•Melhoria do desempenho das 4 NUTS III no Índice Sintético de Desenvolvimento Regional</p> <p>•Aumento do investimento em I&D em % do PIB</p> <p>•Aumentar e diversificar a base produtiva regional;</p> <p>•Aumento das atividades de I&D e melhoria do posicionamento da região no contexto europeu das regiões inovadoras</p> <p>•Redução da taxa de abandono e insucesso escolar</p> <p>•Melhoria das condições de ensino</p> <p>•Aumentar a taxa de emprego na Região</p> <p>•Crescimento de postos de trabalho</p>



Eficácia do POR Alentejo

- **Níveis de compromisso financeiro e realização próximos dos demais PO Regionais do Continente,** ainda que ligeiramente abaixo do desejável.
- **As metas de realização revelam um desempenho globalmente positivo.** Maioria dos indicadores cumpridos ou em vias de alcance no horizonte de conclusão (71% dos indicadores quantificados apresentam uma taxa de realização superior a 80%), ainda que **após diversas reprogramações.**
- **Existem domínios em que será fundamental a reprogramação financeira e das metas e um acompanhamento apertado da execução:** formação de trabalhadores em contexto empresarial; micro-empendedorismo; eficiência energética e reabilitação de edifícios habitacionais.
- **Os constrangimentos associados à pandemia COVID-19 foram** condicionaram a implementação. Todavia **a flexibilidade permitida aos promotores evitou sinistralidade dos projetos.**
- **A eficiência energética destaca-se a pior taxa de compromisso e uma elevada sinistralidade** das operações, em particular na habitação social.
- **A eficiência energética nas empresas e nos edifícios públicos, destacam-se as dificuldades em mobilizar procura,** devido à **reduzida atratividade dos instrumentos,** e ao **tardio lançamento de concursos.**



Eficácia do POR Alentejo

- **Níveis de compromisso financeiro e realização próximos dos demais PO Regionais do Continente**, ainda que ligeiramente abaixo do desejável.
- **As metas de realização revelam um desempenho globalmente positivo.** Maioria dos indicadores cumpridos ou em vias de alcance no horizonte de conclusão (71% dos indicadores quantificados apresentam uma taxa de realização superior a 80%), ainda que **após diversas reprogramações.**
- **Existem domínios em que será fundamental a reprogramação financeira e das metas e um acompanhamento apertado da execução:** formação de trabalhadores em contexto empresarial; micro-empendedorismo; eficiência energética e reabilitação de edifícios habitacionais.
- **Os constrangimentos associados à pandemia COVID-19 foram** condicionaram a implementação. Todavia a **flexibilidade permitida aos promotores evitou sinistralidade dos projetos.**
- **A eficiência energética destaca-se a pior taxa de compromisso e uma elevada sinistralidade** das operações, em particular na habitação social.
- **A eficiência energética nas empresas e nos edifícios públicos, destacam-se as dificuldades em mobilizar procura,** devido à **reduzida atratividade dos instrumentos,** e ao **tardio lançamento de concursos.**



- O perfil de especialização da Região não se alterou, mas houve um **contributo para o crescimento dos serviços empresariais na estrutura produtiva, em particular os serviços intensivos em conhecimento.**
- O Alentejo foi a região onde o indicador “despesa em I&D em % do PIB” mais cresceu, **todavia, persistem condições de contexto pouco favoráveis à transferência e valorização de conhecimento** limitando os impactos do investimento.
- O Programa contribuiu de forma consistente para uma **trajetória positiva dos indicadores de escolaridade e de combate ao abandono e insucesso**
- A eficácia das intervenções e a amplitude dos resultados alcançados sugerem um contributo muito relevante do Programa para a melhorias dos indicadores de emprego.
- O Programa **não foi capaz de contrariar a perda populacional** dos centros urbanos regionais, estruturantes e complementares e melhorar o estado de conservação do edificado.
- Pese embora a pandemia, **registou-se uma evolução positiva no volume de visitantes e na permanência no território, sendo relevante para tal investimentos na valorização e preservação dos recursos patrimoniais.**



Valor Acrescentado Europeu do POR Alentejo

- Os FEEI viabilizaram uma parte substantiva do investimento realizado e dos resultados alcançados pelos projetos. 91% dos promotores afirma que não realizaria o projeto na ausência dos FEEI
- Nos promotores não empresariais, o efeito de adicionalidade é transversal, mas destacam-se a I&D e a área social, onde os apoios são fundamentais.
- O efeito de adicionalidade nos promotores empresariais verifica-se sobretudo em áreas onde existem falhas de mercado e há ausência de incentivo ao investimento: I&D empresarial e empreendedorismo.
- Ficou evidente o valor acrescentado dos FEEI para induzir nas empresas para a internacionalização.
- Por cada euro de fundo financiado foram mobilizados adicionalmente 0,61€ de investimento por parte dos promotores. O efeito de alavanca é mais elevado nas intervenções financiadas pelo FEDER e no domínio da competitividade e internacionalização de PME (1,84€).
- O Valor Acrescentado manifestou-se também no reforço da eficácia das intervenções devido à maior orientação para os resultados, no reforço do capital institucional e relacional entre os agentes da Região.



Relevância e Coerência do POR Alentejo

- **Elevada coerência do PO Alentejo 2020 com o mix de políticas associado aos grandes pilares de intervenção** e ao contexto territorial e setorial existente em resultado referenciais setoriais/regionais enquadramentos
- **A arquitetura do Programa corresponde às necessidades de desenvolvimento da Região**, mas nem sempre foi ao encontro das necessidades e expectativas dos atores regionais e locais.
- O papel coordenador e mobilizador da CCDR/AG foi muito importante na programação, assumindo-se como **parceiro dos atores do território, facilitando a coordenação intersectorial** e ajudando a promover um diálogo estruturado entre diversos atores-chave.
- Os exercícios de **reprogramação responderam de forma positiva e adequada a diversas alterações de contexto.**
- **A complementaridade prevista entre instrumentos FEEI e entre estes e outros instrumentos de política pública não tem sido muito efetiva**, embora não se verificando, genericamente, sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de apoio.

Recomendação

R1

Reprogramação e acompanhamento da execução final que concorra para níveis de eficácia, impacte e pertinência elevados

Operacionalização

- ▶ **Reforçar a alocação de financiamento em Prioridades de Investimento e mecanismos com elevado impacte e capacidade de execução**, nomeadamente: as Prioridades de prevenção do abandono escolar; ambiente urbano (PEDU/PARU); estratégias de baixo teor de carbono e património natural e cultural
- ▶ **Libertar recursos de Prioridades de Investimento em que o seu desempenho foi mais afetado por fatores exógenos e registam na fase derradeira dotações financeiras desproporcionadas das dinâmicas de procura**, nomeadamente: ensino superior; investimento das empresas na I&D; criação de emprego; viveiros de empresa; eficiência energética.

Recomendação 2030 - instrumental

Recomendação

R2

Definir referenciais e metodologias de cálculo uniformizadas e disponibilizar ferramentas para o cálculo de indicadores de realização e de resultado

Operacionalização

- ▶ Assegurar a **definição de referenciais** e a construção e a aplicação de **metodologias de cálculo uniformizadas e a disponibilidade de ferramentas para a sua aplicação que possibilitem calcular, quando possível, os indicadores definidos no futuro POR**, a utilizar por todos os potenciais beneficiários em sede de AAC e de execução dos projetos, recomendação que poderá ser extensível, quando pertinente, a outros POR.

Recomendação 2030 - instrumental

Recomendação

R3

Continuar os esforços de redução da complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios

Operacionalização

- ▶ **Promover níveis superiores de autonomia** das entidades do ecossistema dos fundos diretamente envolvidos no POR Alentejo 2014-2020.
- ▶ **Promover uma maior apropriação da política de coesão e articulação com políticas nacionais da generalidade do ecossistema de atores e reforço das ações de capacitação.**
- ▶ **Garantir maior previsibilidade no lançamento dos concursos através do seu planeamento e publicitação (semestral ou anual).**

Recomendação 2030 - instrumental

Recomendação

R4

Estimular uma maior utilização de Instrumentos Financeiros (IF)

Operacionalização

- ▶ Promover **ações de informação e de esclarecimento, bem como a divulgação de casos de sucesso**, como forma de demonstrar as vantagens destes instrumentos aos potenciais beneficiários (empresas), as quais assumirão maior importância num contexto de aumento das taxas de juro. Considerar ambas as vertentes dos IF: capital e dívida.
- ▶ **Reavaliar os constrangimentos processuais associados à mobilização dos IF (de dívida e capital) por parte das empresas** e introduzir maior simplificação nas condições de acesso aos mesmos como forma de promover maior adesão e rápida execução por parte dos beneficiários finais.
- ▶ **Identificar fatores de constrangimento à adesão dos intermediários financeiros (para instrumentos de dívida e de capital)**, em articulação com o Banco Português de Fomento, e definir uma estratégia de envolvimento.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R5

Estimular a competitividade e a internacionalização, focando em ações coletivas que permitam ganhar escala e massa crítica, preferencialmente dirigidas a setores mais intensivos em conhecimento / de maior intensidade tecnológica

Operacionalização

- ▶ Retomar a aposta no **reforço da competitividade e internacionalização através dos sistemas de incentivos**
- ▶ Reforçar a **dinamização de ações coletivas de fomento ao empreendedorismo**, preferencialmente o de base tecnológica.
- ▶ Apoiar a **capacitação das unidades de empreendedorismo** existentes e emergentes.
- ▶ Garantir **medidas de seletividade / discriminação positiva**, em particular no domínio do empreendedorismo
- ▶ Conjuguar os **apoios às empresas com medidas mais abrangentes** que induzam a atração e fixação de população e empresas.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R6

Manter a aposta no apoio ao microempreendedorismo e à empregabilidade, estimulando ganhos de competitividade e de escala

Operacionalização

- ▶ Garantir a **continuidade dos apoios ao microempreendedorismo e dos apoios à empregabilidade**, incluindo à criação do próprio emprego, para a melhoria dos indicadores de empregabilidade da Região.
- ▶ Promover a **articulação entre instrumentos**, de modo a favorecer uma trajetória de crescimento, consolidação e internacionalização das empresas, bem como a articulação com as medidas de reforço das qualificações e competências.
- ▶ Conjuguar os **apoios às empresas com medidas mais abrangentes** que induzam a atração e fixação de população e empresas.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R7

Promover o ecossistema de I&D da região

Operacionalização

- ▶ Garantir a **continuidade dos apoios às infraestruturas e às capacidades de investigação científica e tecnológica**,
- ▶ **Incluir nas condições de elegibilidade dos projetos de I&D o estabelecimento de consórcios com entidades externas à região** (nacionais e internacionais) que aportem aos projetos conhecimento relevante.
- ▶ **Implementar** programas de apoio ao estímulo do ecossistema de I&DI, i.e. **programas que permitam apoiar atividades de transferência de conhecimento de forma mais transversal** (e.g. gabinetes de transferência de conhecimento conjuntos).
- ▶ **Retomar o apoio a bolseiros de doutoramento, em particular em setores alinhados com a estratégia regional** como forma de atrair recursos humanos altamente qualificados que possam fomentar a orientação para a I&D&I.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R8

Estimular a I&D Empresarial, em especial em projetos colaborativos

Operacionalização

- ▶ Assegurar a **continuidade dos instrumentos de apoio dedicados a estimular a I&D empresarial.**
- ▶ Valorizar **projetos de I&D que incluam atividades de disseminação dos resultados.**
- ▶ Apoiar as entidades/plataformas de inovação e colaboração, **promovendo a articulação entre os atores do SRI e entre estes e as empresas** e valorizando o seu papel enquanto agentes dinamizadores da I&D&I e da transferência do conhecimento, potenciando a procura de projetos colaborativos e de TVC.
- ▶ Introduzir estímulos à **criação de programas estratégicos de I&D direcionados para as empresas**, que visem o financiamento de agendas de investigação e as parcerias com outros atores do sistema de inovação.
- ▶ Fomentar o **envolvimento das associações empresariais nas agendas de investigação e considerar e elegibilidade destas nos apoios.**

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R9

Reforçar a atratividade da formação profissional e da Aprendizagem ao Longo da Vida

Operacionalização

- ▶ Promover uma contínua **sensibilização para a importância da formação e da aprendizagem contínua.**
- ▶ Fomentar a **consolidação da oferta de formação e o respetivo alinhamento com as necessidades do tecido produtivo e perfil socioeconómico da Região.**
- ▶ Promover a **articulação entre as entidades formadoras e instituições de ensino.**
- ▶ Equacionar a **revisão da aplicação do regime de minimis** a modalidades com pouca procura e que precisam de ser estimuladas, de forma a permitir que as empresas não fiquem limitadas na participação em modalidades de formação quando inseridas em projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelos FEEI.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R
10

Manter a aposta na promoção do acesso aos serviços de interesse geral através do investimento nas redes de equipamentos de saúde, educação e sociais, do reforço das respostas em rede intermunicipais e da geração de formas inovadoras de provisão

Operacionalização

- ▶ **Aproveitar a análise prospetiva de necessidades de equipamentos (de saúde, sociais e de educação)** ou de intervenções nos mesmos, realizada no âmbito dos diversos instrumentos de planeamento setorial regional (Cartas Educativas, Cartas Sociais e Cartas de Saúde, de âmbito local e/ou intermunicipal) de modo a **garantir uma resposta eficaz e priorizada às necessidades da região**.
- ▶ **Desenhar instrumentos de apoio** que favoreçam a procura por este tipo de apoios e intervenções.
- ▶ Assegurar a **complementaridade de instrumentos de financiamento** nacionais e europeus que assegure o respetivo financiamento.
- ▶ Articular **investimentos infraestruturais com políticas setoriais** que garantam a produção de impactos (e.g. recrutamento de profissionais nas diversas áreas).

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R
11

Intensificar a articulação entre a valorização e preservação do património natural e cultural com a estruturação de produtos turísticos sub-regionais e regionais

Operacionalização

- ▶ **Condicionar** no âmbito da definição das ITI CIM o **financiamento** de projetos singulares de preservação de património natural e cultural **à sua integração em estratégias de estruturação de produtos turísticos sub-regionais regionais.**
- ▶ **Desenhar instrumentos de apoio e dinamizar ações de capacitação** que apoiem as CIM / Municípios na estruturação de produtos turísticos.

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R
12

Reforçar e adaptar os investimentos no desenvolvimento urbano, por forma a aumentar a atratividade dos espaços urbanos, diferenciando as forma de investimento consoante a dimensão dos centros urbanos e reconhecendo as múltiplas escalas da política urbana

Operacionalização

- ▶ **Diferenciar as tipologias de elegibilidades dos diferentes tipos de centros urbanos, reconhecendo e intensificando o papel dos centros urbanos regionais na competitividade, na fixação de capital humano qualificado e no desenvolvimento do I+D+I através do reforço das infraestruturas tecnológicas e dos equipamentos alinhados com a RIS3.**
- ▶ **Fortalecer a qualificação urbana através de investimentos definidos e implementados à escala adequada: escala da região funcional; escala do centro urbano; escala de bairro.**
- ▶ **Intensificar os mecanismos de capacitação das autarquias e CIM.**
- ▶ .

Recomendação 2030 – estratégica / operacional

Recomendação

R
13

Reforçar atratividade dos incentivos à eficiência energética

Operacionalização

- ▶ Avaliar possibilidade de se **flexibilizar elegibilidades** por forma a permitir o financiamento de atividades/fornecimentos necessários à implementação dos projetos e de permitir apoios não reembolsáveis /fundo perdido.
- ▶ Adotar **medidas de simplificação dos pareceres das entidades competentes (DGEG)** no âmbito das candidaturas a estes apoios, bem como medidas que promovam a celeridade desses procedimentos.
- ▶ Adotar **medidas de aceleração de pareceres exigidos aos OI.**
- ▶ Priorizar os **contratos de desempenho energético**, para assegurar um melhor desempenho e reduzir o risco para as empresas.
- ▶ **Ampliar o leque de elegibilidades.**
- ▶ Desenvolver **ações de comunicação e sensibilização.**

Recomendação	Operacionalização
<p data-bbox="129 315 231 1320">R 14</p> <p data-bbox="264 315 1182 1320">Consolidar as redes (formais e informais) de trabalho e reflexão estratégica e operacional, entre CIM e entre CIM e outros atores-chave regionais</p>	<ul data-bbox="1225 315 2415 1320" style="list-style-type: none"><li data-bbox="1225 315 2415 701">▶ Consolidar e ampliar as redes intermunicipais formais e informais, para identificar necessidades e oportunidades comuns, para ponderar, refletir, debater e definir projetos estratégicos e transversais interessantes para as diversas CIM ou para partilhar/ponderar soluções para ultrapassar dificuldades comuns (por exemplo, na operacionalização do processo de contratualização);<li data-bbox="1225 701 2415 1072">▶ Densificar os processos de capacitação/formação de recursos humanos nas CIM, bem como reforçar os quadros técnicos internos, num contexto de reforço das competências e atribuições específicas na gestão de áreas centrais para o processo de contratualização 2021-2027 (novas competências/responsabilidades exigem mais recursos qualificados).<li data-bbox="1225 1072 2415 1320">▶ Reforçar o recurso ao estabelecimento de parcerias entre as CIM e atores-chave regionais, para apoio especializado em algumas áreas estratégicas prioritárias.

Recomendação	Operacionalização
<p data-bbox="147 782 214 896">R 15</p> <p data-bbox="264 591 1161 1093">Redefinir os mecanismos de financiamento da política regional no pos-2030 respondendo ao problema da quebra de financiamento europeu, da não elegibilidade de necessidades de investimento locais pela Política de Coesão e das necessidades de investimento resultantes da descentralização.</p>	<ul data-bbox="1225 368 2397 1248" style="list-style-type: none">▶ Criar contratos de desenvolvimento regional, complementares aos Programas Operacionais Regionais, suportados exclusivamente por fundos nacionais que permitam:<ul data-bbox="1319 591 2397 1248" style="list-style-type: none">▶ salvaguardar a perda de financiamento europeu, previsivelmente crítico para a Região do Alentejo;▶ financiar necessidades de investimento local e regional não elegíveis pela Política de Coesão da União Europeia (equipamentos, acessibilidades, infraestruturas ambientais,...)▶ financiar os investimentos municipais resultantes do aprofundamento da descentralização;▶ assegurar previsibilidade orçamental e orientação para os resultados ao investimento público;▶ financiar a concretização plena do PROT-Alentejo nas suas diversas dimensões.

Conclusões do Seminário



O processo de **modernização produtiva do Alentejo está em curso**. A partir dos projetos apoiados pelo POR Alentejo existem evidências de transformação. O caminho, iniciado no Alentejo 2020, **tem de ser consolidado no Alentejo 2030**.

Existem também **evidências de mudança demográficas**. Devemos por isso **observar mais o saldo migratório dos municípios** (que revela a sua crescente atratividade) e menos o saldo efetivo, que está fortemente limitado por uma pirâmide etária invertida e por um saldo natural negativo.



As **disparidades intraregionais** do Alentejo são grandes e os desafios sub-regionais muito diferentes. A resposta a esta realidade é a da **diferenciação de políticas, medidas e prioridades**. As ITI-CIM, na medida do possível, devem procurar concretizar esta diferenciação respondendo a necessidades e oportunidades específicas de cada território.



Os próximos anos serão um **período de oportunidade de desenvolvimento regional impar**. Mas também um gigantesco desafio público e privado de execução do Alentejo 2020, do PRR e do Alentejo 2030. A **Região deve mobilizar-se e organizar-se no aproveitamento desta oportunidade**.



A experiência do Alentejo 2020 é reveladora do surgimento de **novos modelos de governança regional com grande contributo para os impactes do Programa**, expresso em redes, parcerias e projetos colaborativos entre atores. Esta experiência tem de ser aprofundada porque é vital para os desafios de inovação, internacionalização e competitividade.

Sem prejuízo do esforço recente de descentralização e das melhorias que ciclicamente foram introduzidos no modelo de governação dos fundos, a aceleração da convergência económica e o aumento da eficácia e eficiência da política regional apoiada por fundos europeus **só poderá ser alcançada com um modelo organização político regional que confira à Região maior capacidade de liderança, coordenação e concertação territorial das políticas públicas**.

Obrigado

Equipa técnica:



Produzido para:



Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Alentejo
Seminário de Apresentação

maio 2023

CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda
Rua Fernando Namora 46A
1600-454 Lisboa
(+351) 217 121 240
www.cedru.pt

EY-Parthenon Lisbon

Avenida da República 90 - 3 Andar,
1649-024 Lisboa
(+351) 217 912 000
https://www.ey.com/pt_pt